________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Prova de 2007

Questão 1

A propósito dos partidos políticos liberal e conservador durante a Regência e a primeira década do Segundo Reinado, discorra sobre

a) o pensamento político dessas correntes partidárias; e
b) o impacto desse pensamento sobre a institucionalização do Estado.

Marina Guedes Duque (19/20)

A construção da ordem nacional durante o período imperial é largamente tributária do pensamento político e da ação das elites brasileiras. Uma vez desatadas as amarras coloniais, fazia-se necessário consolidar não só o Estado como também a nação brasileira, por meio do estabelecimento das fronteiras territoriais, da legitimação do governo central e da elaboração da identidade nacional. A esses fins dedicou-se a elite política imperial, responsável por lançar as bases da ordem que seria gradualmente consolidada nos governos seguintes.

De acordo com José Murilo de Carvalho, as profundas diferenças entre a trajetória política do Brasil independente e aquela de seus vizinhos hispano-americanos devem-se, em larga medida, à homogeneidade das elites políticas brasileiras. A formação comum nas faculdades de Direito de Coimbra e, posteriormente, nas de Recife-Olinda e São Paulo engendrou considerável uniformidade de pensamento em uma elite que constituía verdadeira "ilha de letrados em um mar de analfabetos". Essa formação educacional possuía caráter centralizador, ao procurar afastar-se da influência do liberalismo proveniente dos ideais napoleônicos.

A cultura política luso-brasileira, ademais, tendia a valorizar substancialmente o papel do Estado na formação nacional, à diferença do que ocorreu em países como os Estados Unidos e a Inglaterra. As atividades econômicas não tinham potencial suficiente para absorver a maioria dos bacharéis que se formavam; como conseqüência, as atividades política e burocrática constituíam destino principal das elites pensantes provenientes das faculdades de Direito. Em muitas ocasiões, desse modo, tanto a burocracia como o sistema político adquiririam interesses mais identificados com o Estado do que com elites econômicas específicas.

Além da formação acadêmica comum, os burocratas e os políticos seriam submetidos a uma formação profissional que tendia à uniformidade, como resultado da rotatividade de cargos e regiões de atuação. Embora houvesse algumas divergências dentro das elites – como demonstra a formação dos partidos liberal e conservador –, sobressai, portanto, a tendência à homogeneidade de pensamento e ação, na direção da centralização e da consolidação do Estado nacional. Somente um Estado forte seria capaz de manter o regime escravista, a despeito de pressões internacionais, e de defender alguns dos interesses das elites econômicas, ao mesmo tempo em que evitava o esfacelamento do território nacional ensaiado por diversas rebeliões regionais.

Os partidos políticos liberal e conservador compartilhavam, desse modo, a defesa do regime monárquico, cuja manutenção seria a origem de legitimidade do Brasil independente e havia permitido uma transição relativamente calma do poder colonial, ao conter tanto

inovações como continuidades. A monarquia brasileira distinguir-nos-ia das repúblicas hispano-americanas, não só aos olhos dos europeus, como também no pensamento das elites nacionais. A política externa do período, assim, teria caráter eurocêntrico, como demonstram as discussões no âmbito do Conselho de Estado, ao mesmo tempo em que continha certo desprezo pelos vizinhos sul-americanos, associados à instabilidade e ao caudilhismo.

Os dois partidos também possuíam visões semelhantes no que concerne à necessidade de centralização do poder, ainda que discordassem quanto ao grau de fortalecimento do Estado central. O partido liberal formou-se como reação ao "autoritarismo" de D. Pedro I, cujo governo caracterizou-se pela ampla utilização das prerrogativas do Poder Moderador. Durante o período regencial, dessa forma, o Ato Adicional de 1834 fomentou a descentralização política, por meio da extinção do Conselho de Estado e do Poder Moderador; e da delegação às províncias regionais de poderes do governo central, como os de formar exércitos e contrair empréstimos no exterior.

A Regência, no entanto, caracterizou-se pelo auge da instabilidade política. O partido conservador, por conseguinte, consolidou-se em reação às medidas descentralizadoras, principalmente após 1838. Com o intuito de evitar o "regresso" conservador, os liberais promoveram o Golpe da Maioridade, que terminou por satisfazer ambas as partes, ao permitir o encerramento das instabilidades regionais com a Revolta Praieira, atribuir maior legitimidade e poder à administração central, e preparar o caminho para o soerguimento econômico do país.

O pensamento político das elites imperiais possuía, portanto, alto grau de homogeneidade, com a exceção de algumas divergências de caráter específico, como a relativa ao grau de centralização. Vale ressaltar, por fim, que a constante interação das elites e o contínuo revezamento dos partidos liberal e conservador no poder permitiu, na maior parte do período considerado, a conciliação em torno do objetivo comum de institucionalizar o Estado brasileiro. A conjunção desses fatores, assim, propiciou a construção da ordem no Brasil e a manutenção da unidade territorial nacional.

Questão 2

A agroexportação foi característica marcante do modelo econômico vigente no Brasil oligárquico. A esse respeito, comente:

a) o peso do café na economia brasileira durante a República Velha; e

b) as razões para a adoção das políticas de valorização do café nesse período.

Maurício Alves da Costa (19/20)

Desde o Império, o café havia-se tornado o principal produto na pauta de exportações do Brasil. A República Velha manteria o modelo agroexportador do período anterior, bem como seria pautada pelo domínio político dos cafeicultores do oeste paulista, diferentemente do que ocorria no Segundo Reinado.

O peso do café na economia brasileira durante a República Velha envolve diversos fatores: o café era o principal produto de exportação e, por conseqüência, a principal fonte de receitas para o governo e de renda para o país; os cafeicultores do oeste paulista promoveram a imigração européia para substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; o crescimento da produção e das exportações levou aos primeiros investimentos em infra-estrutura, como ferrovias; a renda gerada pelo café levou aos primeiros investimentos significativos na industrialização; e a combinação desses fatores provocou a formação de grandes centros urbanos na zona cafeeira, principalmente São Paulo.

O incentivo e a promoção da imigração foram importantes iniciativas que tiveram forte impacto sobre a economia nacional. Além de suprir a mão-de-obra nos cafezais, a imigração trouxe ao Brasil, além de camponeses, mão-de-obra capaz de trabalhar na indústria, treinada nas fábricas italianas.

A construção de ferrovias para o escoamento da produção de café influenciou significativamente a estrutura urbana da região. A atração de população e a formação de aglomerações urbanas possibilitaram a formação de um incipiente mercado de comércio e serviços, bem como a formação das primeiras indústrias, principalmente no setor têxtil.

O peso mais importante do café nesse período, entretanto, estava nas exportações. O Brasil da República Velha cumpria, na divisão internacional do trabalho, o papel de exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados. Por ser um país ainda de baixa industrialização, a maior parte das receitas fiscais do governo federal provinha dos impostos de exportação. Tais receitas eram essenciais não apenas para a administração interna, mas principalmente para a acumulação de divisas e para o pagamento da dívida externa brasileira. As receitas alfandegárias eram tão importantes economicamente que, no funding loan*, a hipoteca das alfândegas dos principais portos brasileiros foi dada como garantia.*

A economia brasileira dependente das exportações de café estava, portanto, fragilizada em relação a possíveis reduções do preço do produto no mercado internacional. Tais reduções provocaram políticas de valorização do produto que, além de garantirem as receitas governamentais, procuravam garantir a renda dos cafeicultores.

A queda dos preços internacionais do café era causada principalmente pela superprodução brasileira. Mecanismos de desavalorização cambial eram utilizados para garantir a renda dos cafeicultores, o que causava o encarecimento das exportações. Celso Furtado define tal mecanismo como "socialização das perdas". Em graves crises de superprodução, eram utilizados mecanismos de compra e estocagem de parte da safra pelo governo central e, na impossibilidade de fazê-lo, tal compra era assumida pelo governo provincial.

Em 1906, produtores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro firmaram o Pacto de Taubaté, que consistia na venda de parte da safra para investidores estrangeiros, que fariam a administração da oferta do produto no mercado internacional, e na contração de empréstimo pelo governo para a compra de outra parcela da safra.

As políticas de valorização, entretanto, não eram eficientes para manter o nível de preços. A elevação do preço do produto incentivava o investimento de novos produtores, ocorria um aumento das plantações e, por conseqüência, um nova crise de superprodução a curto prazo. Assim se formava um círculo vicioso que exigia a aplicação de sucessivas políticas de valorização.

A República Velha era, antes de tudo, um regime dominado pelas oligarquias regionais. Um dos principais artífices da República, o Partido Republicano Paulista – PRP –, era composto principalmente por cafeicultores do oeste paulista insatisfeitos com a falta de representatividade que tinham no Império e que, por isso, defendiam o federalismo e a autonomia provincial. Na República esses setores formariam a elite governamental e, a partir da "política dos governadores" de Campos Sales e da consolidação da "República do Café com Leite", com o Pacto de Ouro Fino, em 1911, o interesse de tais classes predominaria sobre o interesse geral.

O peso relativo do café na economia do período, portanto, deve-se tanto à necessidade de receitas fiscais quanto à necessidade de satisfação dos interesses econômicos das elites cafeicultoras. Além disso, o peso relativo do café era potencializado pela não diversificação da atividade econômica, o que aumentava a depedência das exportações do

produto. As políticas de valorização tornavam-se necessárias para a manutenção do nível de preços e receitas, a produção aumentava, os preços caíam e novas políticas de valorização tornavam-se necessárias: um círculo vicioso que seria rompido somente com a crise de 1929 e a inviabilização da aplicação de tais políticas.

Questão 3

"A vitória do Sr. Jânio Quadros nas eleições de 3 de outubro para a presidência da República tem um significado muito mais profundo e importante para a compreensão do atual momento econômico-político brasileiro do que parece à primeira vista. Uma análise mais profunda das circunstâncias conhecidas ou ocultas que permitiram ou possibilitaram essa vitória nos revela que se trata de um dos fatos importantes da vida nacional nos últimos trinta anos."

Leôncio Basbaum. **História sincera da República**, vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, p. 235.

A República Liberal de 1945 a 1964 foi palco de momentos de grande dramaticidade. A chegada de Jânio Quadros à presidência e sua saída incluem-se entre esses momentos. Tomando o texto acima como referência inicial, analise

a) as modificações do ambiente político-eleitoral que levaram Jânio Quadros ao poder; e
b) as interpretações disponíveis para o gesto da renúncia.

Bruno Pereira Albuquerque de Abreu (18/20)

Ao assumir o poder em 1961, Jânio Quadros encarnava a rejeição à forma como a política era feita no Brasil desde 1945. Apesar de apoiado pela UDN, partido que havia recolhido apenas derrotas nas três eleições presidenciais anteriores, Jânio foi eleito pelo pequeno PTN, depois de uma carreira bastante rápida, na qual havia sido prefeito da cidade de São Paulo, governador do Estado paulista e deputado pelo Paraná. Como a mostrar seu desprezo pelas siglas partidárias, nessa última eleição havia concorrido pelo PTB, partido criado por Getúlio Vargas para ser o seu suporte junto às classes populares.

Durante a campanha presidencial, Jânio havia usado uma vassoura como símbolo de que varreria toda a podridão política que denunciava. A UDN via no candidato a oportunidade de chegar ao poder e, por vir Jânio de um partido pequeno, controlá-lo no Congresso. A aliança dos partidos criados pelos que apoiavam Getúlio Vargas, PSD-PTB, em grande parte pelo pequeno envolvimento do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, no pleito, havia indicado o General Henrique Lott, de pouco carisma. Juscelino tinha planos de voltar ao poder em 1965 e sabia que ao próximo governo medidas econômicas duras caberiam.

Apuradas as urnas, Jânio tornava-se o presidente eleito com o maior número de votos até então. Como as eleições para presidente e para vice eram separadas, o mesmo eleitorado que elegeu Jânio Quadros colocou na vice-presidência o prócer do PTB e bête-noire dos militares desde 1954, quando foi ministro do trabalho, João Goulart.

Dessa forma, Jânio era eleito não apenas porque o eleitorado havia identificado nele uma forma de fazer política diferente, mas também pela falta de empenho de JK em fazer o sucessor e pela certeza da UDN de que poderia controlá-lo. Ao longo da década de 1950, denúncias de corrupção e crises políticas tinham-se constituído no cerne da vida política brasileira. O suicídio de Getúlio em 1954, o golpe dado pelo General Lott para tornar possível a posse de JK e o acirramento da disputa entre PSD-PTB, de um lado, e UDN de

outro, fizeram o eleitor brasileiro procurar algo diverso, e a figura do professor paulista avesso à forma tradicional de política – e que havia feito dois bons governos tanto na cidade quanto no estado de São Paulo – parecia ser o que o eleitor queria.

A atitude de Jânio Quadros no governo, no entanto, foi diversa da que a UDN esperava. O partido não conseguiu, como pretendia, controlar o presidente. Ao mesmo tempo em que esse seguia, no plano econômico, o receituário de ajustes do FMI – o que significava aumento no preço do trigo e do petróleo, antes subsidiados, com os impactos no custo de vida diminuindo-lhe a apoio popular – Quadros, no âmbito externo, iniciava política externa independente, rompendo um alinhamento com os Estados Unidos inaugurado pelo Barão do Rio Branco. Ao lado disso, medidas exóticas como a proibição das rinhas de galo e do biquíni, davam à Jânio a fama de, no mínimo, excêntrico.

Sem apoio no Congresso, perdido quando a UDN percebeu ser incapaz de controlá-lo, e perdendo, também, apoio popular, Jânio começou a vislumbrar uma saída "Gaullista", em referência ao golpe branco dado pelo General de Gaulle, pouco antes, na França. O estopim para a tentativa ocorreu quando Carlos Lacerda o criticou pela condecoração de Che Guevara, então ministro da defesa cubano, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Segundo Lacerda, em denúncia pela televisão, após isso, ele teria sido procurado pelo Ministro da Justiça, que lhe apresentou o plano do golpe.

Sem apoios e acreditando que o Congresso Nacional não aceitaria sua renúncia, em 25 de agosto, antes portanto de completar oito meses no cargo, Jânio apresenta sua carta-renúncia, que foi aceita pelo Congresso, desapontando-o. Segue, então, para Portugal.

Além dos motivos políticos da perda de apoio, autores como Thomas Skidmore atentam também para traços da personalidade de Jânio, como a depressão e o uso excessivo de álcool. Sua saída irá gerar mais uma crise, com a recusa dos ministros militares em aceitar o vice-presidente, João Goulart, então em missão na China Comunista, como mandatário da Nação. Embora contornada com a solução de compromisso do parlamentarismo, essa crise é um dos antecedentes do golpe militar de 31 de março de 1964.

<u>Questão 4</u>

O Brasil tem mostrado, em sua história recente, tendência à excessiva concentração espacial das atividades que desenvolve, da qual resulta a hipertrofia das áreas metropolitanas. A respeito da acentuada urbanização verificada no Brasil, em especial na segunda metade do século passado, analise os seguintes aspectos:

a) a relação entre industrialização e urbanização no Brasil pós-1945;
b) as resultantes culturais das migrações internas do campo para os grandes centros urbanos nas últimas décadas do século XX.

Daniel Guilarducci Moreira Lopes (18/20)

Embora não se possa estabelecer uma relação imediata de causa e conseqüência entre os processos de industrialização e de urbanização no Brasil, ambos ocorreram paralelamente e de forma acentuada na história brasileira, após a Segunda Guerra Mundial. Até o primeiro governo de Getúlio Vargas, o Brasil era um país eminentemente agrícola e sua indústria nascente limitava-se a setores tradicionais e de baixa tecnologia, como a industria têxtil. Na decada de 1920, incentivada pelo Estado brasileiro, instalou-se em Minas Gerais a siderúrgica Belgo-Mineira, como forma de minorar a carência do País por indústrias de base. No projeto de modernização e desenvolvimento do Brasil encampado por

Getúlio Vargas, a negociação com vistas à instalação de uma siderúrgica de grande porte era a pedra angular de sua política externa. Vargas obteve sucesso, com a implementação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

O Nordeste, naquele momento, já há muito não mostrava a pujanca dos tempos de colônia. Os problemas sociais, a decadência econômica e as fortes secas funcionavam como fatores de repulsão das populações, em busca de melhores oportunidades. No início do século XX, a borracha da Amazônia tinha sido importante vetor de atração. Em meados do século, era o Centro-Sul o novo destino dos migrantes.

A concentração das populações e das iniciativas de industrialização nas metrópoles explica-se, em grande medida, pelo fato de que a industrialização brasileira foi mediada e estimulada pelo Estado, numa articulação entre o capital industrial brasileiro e o estrangeiro. Esse modelo de relação entre Estado e indústria foi a mola propulsora do acelerado processo de industrialização que se daria no governo de Juscelino Kubitschek, e, posteriormente, encontraria novas expressões no período militar.

O final da década de 1960 assistiu à instalação, no Brasil, de um parque de indústrias em diversos setores, com especial destaque para a indústria automobilística. Essas se concentrariam espacialmente, sendo a região do ABC paulista a de maior expressão. A demanda de mão-de-obra do novo parque industrial do Sudeste atrairia grandes levas de migrantes, fazendo de São Paulo, ao longo dos anos, a maior metrópole da América do Sul, e uma das maiores do mundo. Enquanto isso, o Estado brasileiro, importante condutor dos processos em tela, planejava novas capitais, para estimular uma maior ocupação do interior do país. Assim, Brasília e Goiânia se tornaram novos pólos de atração populacional.

O regime militar buscou incentivar a ocupação de outros espacos, como a Amazônia. Projetos como o da Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás foram exemplos dessa iniciativa. Novamente, o desenvolvimento e o aproveitamento territorial foram feitos em ilhas de ocupação econômica e demográfica. A razoável ausência de cidades médias no Brasil tem como causas, em grande medida, as iniciativas de crescimento regional não-autônomas (mediadas pelo poder central).

Culturalmente, a migração para as cidades teve impactos nos espacos rurais e urbanos. O campo brasileiro, caracterizado por grandes propriedades e pela atencão voltada a exportação, foi palco de conflitos resultantes da expulsão de populações camponesas. A tradicão de reivindicações dessas populações vem desde as Ligas Camponesas de Francisco Julião até o Movimento dos Sem-Terra de nossos dias. O campo passa por um processo denominado pelos geógrafos como de "desruralização". Seu aproveitamento e imagem seguirão, a partir daí, a lógica do urbano, com uma economia voltada para o mercado interno e externo, e não para as populações locais. Mesmo a música ou as festas populares serão reproduzidas na lógica da exploração capitalista: hotéis-fazenda, turismo nas festas populares e folguedos, músicas regionais e outros serão transformados em produtos a serem consumidos pela população agora predominantemente urbana do País.

O campo, antes visto como sinônimo de ambiente simplório e atrasado, passa a ser visto como elemento integrado da política, da economia e da cultura nacional, teatro de um agronegócio rentável e moderno. Nas cidades, por outro lado, as populações migrantes ainda sofrem com problemas de desemprego e com habitações precárias. Suas expressões culturais ainda subsistem, por exemplo, nas feiras de artesanato urbanas e em uma certa religiosidade mais popular.

As tendências atuais apontam para uma maior desconcentração industrial e populacional. Lentamente, as cidades médias – especialmente aquelas atreladas a alguma atividade economia relevante – ganham mais força. As migrações tradicionais brasileiras em direção ao Sudeste já tiveram seus fluxos reduzidos há mais de uma década. Em parte, isso se

deu pelo estímulo, por parte dos governos estaduais, para a instalação de indústrias em suas regiões. Além disso, o governo federal estimula iniciativas localizadas de desenvolvimento desatreladas das metrópoles – como o pólo frutífero de Petrolina/Juazeiro.

De toda forma, ainda é marcante a presença do Estado nos processos de industrialização (ainda que não como seu agente direto). A expectativa é a de que, paulatinamente, as desigualdades regionais sejam reduzidas, e de que a pressão demográfica sobre as metrópoles arrefeça.

Questão 5

"Estamos prontos a nos empenhar com nossos parceiros com vistas ao cumprimento do mandato de Doha. Mostremos ao mundo que a OMC resistirá ao protecionismo e superará o interesse particular. Que defenderá a liberalização comercial e honrará seu compromisso com o desenvolvimento. Esperamos por muitos anos por essa chance de corrigir as falhas das rodadas anteriores."

MRE. **Política Externa Brasileira**. Brasília: MRE, 2007. Discurso do Ministro Celso Amorim na V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), Cancun, 11 de setembro de 2003, p. 18.

Com base nesse texto, discuta:

a) o peso relativo do tema desenvolvimento na inserção internacional do Brasil desde a redemocratização; e
b) o impacto da globalização na ação externa do Estado brasileiro.

Fernando Sardenberg Zelner Gonçalves (19/20)

O período iniciado após a redemocratização do regime político nacional é marcado por avanços e recuos em relação ao peso do tema do desenvolvimento na inserção internacional do Brasil. Esses têm sido caracterizados, em cada momento, pelos fatores condicionantes impostos pelo contexto internacional, que facilitaram ou dificultaram a obtenção de uma resultante de política externa com maior ou menor ênfase na autonomia.

O contexto internacional do momento da redemocratização era caracterizado pela rebipolarização entre as potências da Guerra Fria, pela alta dos juros internacionais e pela crise da dívida externa dos países em desenvolvimento. Internamente, esse contexto significou o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentrata, aplicado de maneira geral, desde a década de 1930.

Assim, durante o governo Sarney, restava pouco espaço de manobra para que o Itamaraty praticasse política externa voltada para o desenvolvimento nacional. O recrudescimento das tensões bipolares dificultou a busca pela autonomia. O aumento dos processos de integração regional também acarretou maior ênfase no protecionismo por parte dos paises desenvolvidos. Dentro desse contexto, o governo Sarney tratou de incrementar suas relações regionais, iniciando processo de integração econômica e comercial com a Argentina, que resultaria na criação do MERCOSUL, em 1991.

O Brasil passa a sentir, então, a partir do governo Collor, o peso da globalização como fator condicionante de sua política desenvolvimentista. Inicia-se o processo de desmantelamento do estado, de acordo com os preceitos do Consenso de Washington, por meio das privatizações da infra-estrutura estatal. A ênfase da política externa migra do desenvolvimento autônomo para a autonomia pela participação, conforme conceito proposto por Gelson Fonseca Jr. O objetivo é integrar o país à economia global e aos regimes

internacionais, credenciando-o a ser palco da globalização e de seus processos de acumulação. Esse processo cristaliza-se durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, após breve e infrutífera retomada de preceitos desenvolvimentistas no governo Itamar Franco.

Assim, na era FHC, o desenvolvimento foi buscado por meio da submissão à lógica da globalização, que pregava a retração da participação do Estado na economia e a atuação desimpedida do capital internacional. Os países em desenvolvimento perderam força e margem de manobra, tanto interna quanto externamente, frente à crescente internacionalização de suas economias. Portanto, o principal impacto da globalização na atuação dos países em desenvolvimento foi o de condicioná-los a fatores exógenos, sobre os quais não tinham controle.

A partir do governo Lula, ocorre uma inflexão nesse processo, no sentido de buscar novas alternativas para o desenvolvimento dos países do hemisfério sul. Busca-se a implantação do chamado Estado Logístico, capaz de proporcionar melhores condições de inserção internacional por meio da criação de condições para a multinacionalização das empresas nacionais, tanto privadas quanto estatais.

Na política externa, sob Celso Amorim, procura-se retornar aos preceitos que orientaram a política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart, assim como o pragmatismo responsável implementado por Azevedo da Silveira no governo Ernesto Geisel.

Dessa forma, configurou-se atuação internacional mais pragmática, buscando autonomia e desenvolvimento por meio da formação de parcerias multilaterais entre países em desenvolvimento, a fim de reforçar as bases de sua atuação internacional. Nesse contexto insere-se a formação de parcerias como o fórum IBAS, entre Índia, Brasil e África do Sul e a maior cooperação com paises do hemisfério sul, como é o caso da China. Ademais, buscou-se o fortalecimento do Mercosul como forma de inserção internacional conjunta do continente na economia-mundo. Por último, parcerias Sul-Sul também foram formadas para atuar em organismos internacionais na busca do desenvolvimento, como o G20, criado por iniciativa do Brasil para defender a abertura dos mercados agrícolas aos países em desenvolvimento, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), mais precisamente na Rodada Doha.

Em síntese, é possível concluir que o Itamaraty buscou adaptar-se às condicionalidades impostas pela globalização a fim de manter a atuação externa do país no sentido de incentivar o desenvolvimento sustentável. Tal esforço foi empreendido, após a redemocratização, por meio da busca de novo paradigma orientador da atuação externa do Estado.

*